

TEORIA GERAL DE DIREITO CIVIL II (2025-2026)

TURMA B

PROGRAMA

REGENTE: PROF. DOUTOR JOSÉ ALBERTO VIEIRA

TÍTULO IV

AS SITUAÇÕES JURÍDICAS

CAPÍTULO XIX

DOGMÁTICA GERAL

187. Situação jurídica. Noção

188. Situação jurídica e relação jurídica. O debate em torno da sistematização do Código Civil

189. Classificações

190. O direito subjectivo. Noção

191. Direito subjectivo e direito potestativo

192. Bens ou interesses reflexamente protegidos

193. Os poderes

194. As expectativas jurídicas

195. Os poderes funcionais

196. As excepções materiais

197. Os deveres

198. Os estados de sujeição

199. Os ónus

200. Os deveres funcionais

CAPÍTULO XX

O EXERCÍCIO DE SITUAÇÕES JURÍDICAS

201. O exercício jurídico

202. Modalidades

203. O sistema do Código Civil

204. A titularidade da situação jurídica

205. Titularidade e exercício da situação jurídica

CAPÍTULO XXI

A LEGITIMIDADE PARA O EXERCÍCIO

- 206. A legitimidade. Noção
- 207. Modalidades
- 208. Factos legitimadores
- 209. Ausência de legitimidade. Efeitos jurídicos
- 210. Legitimidade e legitimação. Confronto
- 211. Factos legitimadores

CAPÍTULO XXII

A REPRESENTAÇÃO

- 212. Origem histórica e evolução
- 213. Modalidades. As teorias da representação
- 214. Requisitos da representação
- 215. Os efeitos da representação
- 216. A procuração. Forma e outorga
- 217. Os poderes de representação
- 218. Procuração no interesse do procurador e no interesse do representado e de terceiro
- 219. A procuração e o negócio base
- 220. A substituição do procurador
- 221. A cessação da procuração
- 222. A tutela de terceiros. Representação aparente e representação tolerada
- 223. Representação sem poderes
- 224. Abuso de representação.

CAPÍTULO XXIII

O EXERCÍCIO INADMISSÍVEL DE SITUAÇÃO JURÍDICA

- 225. A doutrina do abuso de direito. O ponto de partida nos actos emulativos. A insuficiência
- 226. Coordenadas actuais do instituto O exercício inadmissível e a boa fé

- 227. A tipificação das situações de exercício inadmissível
- 228. A *exceptio doli*
- 229. O *venire contra factum proprium*
- 230. Inalegabilidades formais
- 231. *Supressio e surrectio*
- 232. *Tu quoque*
- 233. O desequilíbrio no exercício
- 234. Tendências jurisprudenciais recentes e construção dogmática do exercício inadmissível de situação jurídica

CAPÍTULO XXIV

A REPERCUSSÃO DO TEMPO NAS SITUAÇÕES JURÍDICAS

- 258. A relevância jurídica do tempo
- 259. Os prazos. Prazos civis e prazos processuais
- 260. O âmbito dos prazos civis
- 261. O cômputo do prazo. Regras civis
- 262. A prescrição. Noção e eficácia geral
- 263. Invocação e beneficiários da prescrição
- 264. Prazos de prescrição. Modalidades de prescrição
- 265. Prescrição presuntiva
- 266. Interrupção e suspensão da prescrição
- 267. Caducidade. Noção e eficácia geral
- 268. Tipos de caducidade
- 269. Decurso do prazo
- 270. Desnecessidade de invocação
- 271. Prescrição e caducidade. Confronto
- 272. A *suppressio ex bona fide*. Relevância

Título IV

Capítulo XXV

O NEGÓCIO JURÍDICO

AUTONOMIA PRIVADA E NEGÓCIO JURÍDICO. A LIBERDADE RECONHECIDA PELO ORDENAMENTO JURÍDICO PARA QUE AS PESSOAS ORDENEM A SUA VIDA JURÍDICA, EMITINDO DECLARAÇÕES PARA PRODUÇÃO DE EFEITOS JURÍDICOS

1. Noção

- a. Comportamento humano declarativo dirigido à produção de efeitos jurídicos
 - i. O negócio jurídico funda-se sempre num comportamento humano
 - 1. Voluntário
 - 2. Consciente
 - ii. Declarativo (comportamento voluntário exteriorizado com um propósito de comunicação)
 - iii. Essa comunicação dirige-se à produção de efeitos jurídicos tutelados pelo Direito

2. Classificações

- a. Unilaterais e bilaterais ou multilaterais
- b. Formais e consensuais
- c. Pessoais e reais
- d. Reais quanto aos efeitos e quanto à constituição
- e. Típicos e atípicos
- f. Onerosos e gratuitos
- g. Inter vivos e mortis causa

3. Elementos

- a. A declaração negocial
- b. A vontade negocial? Rejeição

4. A declaração negocial

5. Modalidades de declaração negocial

- a. Expressa
- b. Tácita

6. O valor jurídico do silêncio

7. A forma da declaração negocial

8. Forma e formalidades. Distinção
9. Declaração electrónica. Valor e eficácia
10. A formação do negócio jurídico.
11. *A culpa in contrahendo*. O papel e a concretização
12. O processo de formação dos contratos
13. O processo de formação do contrato no comércio electrónico
14. Cláusulas contratuais gerais. O uso e o regime jurídico
15. O conteúdo e o objecto do negócio jurídico
16. Requisitos de validade do negócio jurídico
 - a. Possibilidade
 - b. Determinabilidade
 - c. Licitude
 - i. Fraude à lei
 - ii. Bons costumes
 - iii. Ordem pública
17. Cláusulas acessórias
 - a. A condição. Noção e regime jurídico
 - b. O termo. Noção e regime jurídico
 - c. Outras cláusulas típicas. O modo, o sinal e a cláusula penal
18. A interpretação e a integração do negócio jurídico. Critérios legais e regime jurídico
19. Vícios do negócio jurídico. Falta de vontade negocial e de declaração
 - a. Falta de consciência da declaração
 - b. Declarações não sérias
20. Falta de vontade negocial ou deficiência da mesma
 - a. A reserva mental
 - b. A incapacidade accidental
 - c. O erro-vício
21. Falta de liberdade negocial. A coacção
22. Vícios na declaração negocial
 - a. O erro na declaração (erro-obstáculo). Modalidades e regime jurídico

- b. A simulação. Noção, requisitos, modalidades e regime jurídico

23. A ineficácia do negócio jurídico

- a. Inexistência, invalidade e ineficácia jurídicas
- b. Invalidade negocial. Modalidades
- c. A anulabilidade
- d. A nulidade
- e. Invalidades mistas ou atípicas

24. O aproveitamento do negócio jurídico inválido

- a. A redução
- b. A conversão
- c. A confirmação

Bibliografia de apoio (a complementar com a indicada em TGDC I):

- ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, Tratado de Direito Civil II - Parte Geral - Negócio Jurídico, 5.^a Edição, Coimbra, 2021
- JOSÉ ALBERTO VIEIRA, Negócio Jurídico, Coimbra, 2006 (Há reimpressão de 2022).